



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º ____/2026.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.827.570-45, portador da R.G n.º 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, N.º _____, bairro _____, na cidade de _____/____ - CEP: _____, por seu representante legal, Sr. _____, _____, _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____ e portador da C.I. n.º _____, expedido pela _____/____, residente e domiciliado na _____ nº _____, apto _____, bairro _____ na cidade de _____/____ - CEP: _____, neste ato denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 102/2026 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente contratação é a **aquisição de 01 (uma) caminhonete cabine dupla, tração 4x4, equipada com snorkel, movida a diesel, com potência mínima de 170cv, zero quilômetro, ano e modelonão inferior a 2025 e 01 (um) caminhão equipado com cesto aéreo isolado, altura mínima de trabalho de 14 metros, destinados a atender às necessidades do Departamento de Iluminação Pública**, conforme solicitado pelo memorando nº 220/2026–SEMOT, de 26/03/2026 e termo de pedido de compra nº 2026/964 de 14/04/2026 e acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência e abaixo descritas:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	01	un	Pick-up 4x4 diesel com sistema de admissão elevada de ar (snorkel). Caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, motorização diesel, equipada com sistema de admissão elevada de ar (snorkel), destinada ao uso operacional, na cor branca sólida. O veículo deverá ser novo, zero quilômetro, ano/modelo vigente na data da entrega ou superior, mínimo 2025, cabine dupla com quatro portas e capacidade mínima para cinco ocupantes. Deverá possuir motor diesel de quatro cilindros ou superior, potência mínima de 170 cv, turbo intercooler, sistema de injeção eletrônica, tração 4x4 com reduzida (4x4 Low) e câmbio manual ou automático com no mínimo seis marchas, bem como capacidade mínima do tanque de combustível de 70 litros. O veículo deverá apresentar altura livre do solo mínima de 220 mm, comprimento mínimo de 5,20 m, entre-eixos mínimo de 3,00 m, capacidade mínima de carga na caçamba de 1.000 kg, capacidade mínima de reboque de 3.000 kg e volume mínimo de caçamba de 1.000 litros. Em relação à segurança, deverá possuir no mínimo seis airbags, freios ABS com EBD, controle eletrônico de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, cintos dianteiros com ajuste de altura e pré-tensionadores, sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, câmera de ré, alças de segurança internas e luz elevada de freio. O veículo deverá contar ainda com direção elétrica ou eletroassistida, ar-condicionado original de fábrica, vidros, travas e retrovisores elétricos, sistema multimídia com rádio AM/FM, conectividade Bluetooth e entradas USB tipo A e tipo C, computador de bordo, tomada interna de 12 V, volante com ajuste de altura e/ou profundidade, alarme antifurto e película de controle solar nos vidros laterais e traseiro em conformidade com a legislação do CONTRAN. Para uso operacional, deverá possuir sistema de admissão elevada de ar (snorkel) instalado, protetores inferiores para cárter, câmbio e tanque de combustível, estribos laterais reforçados, pneus All Terrain de uso misto, rodas mínimo aro 16 em aço, liga leve ou material equivalente, iluminação auxiliar em LED, para-choques dianteiro e traseiro originais de	R\$	R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1796-1811			<p>fábrica compatíveis com uso em vias pavimentadas e não pavimentadas, sistema de abertura da tampa traseira com assistência mecânica ou tecnologia equivalente, pontos ou ganchos de fixação na caçamba, estrutura superior tipo Santo Antônio ou rack de teto reforçado, engate para reboque homologado com conector elétrico, capota marítima e protetor de caçamba. Manual do proprietário, estepe original, macaco, chave de roda e triângulo, tapetes de borracha. Todos os custos relativos ao emplacamento, licenciamento e regularização documental, em nome do município de Santo Antônio da Patrulha correrão por conta da contratada.</p> <p><u>Garantia mínima de 5 (cinco) anos para o veículo, sem limite de quilometragem, e garantia mínima de 12 (doze) meses para a bateria.</u></p>		
02	01	un	<p><u>Caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 (quatorze) metros.</u> Caminhão equipado com cesto aéreo isolado, altura mínima de trabalho de 14metros, cesto de fiberglass com capacidade 136kg, com dimensões mínimas do cesto: 610mmx610mmx1060mm, conforme Norma ANSI SIA A92.2, giro duplo nas torres, sendo, giro da torre inferior infinito e giro da torre superior infinito, comando instalado também no cesto, 02 conjuntos de sapatas estabilizadoras (dianteira e traseira), em conformidade com as normas ABNT NBR 16.092/12 e adequada pela NR-12, isolamento 69kv – classe B. equipado com os seguintes assessorios: armário em aço, assoalho em alumínio, suporte para cone, suporte para escada, para-choque homologado pelo Inmetro e protetores laterais, acoplados em caminhão tipo ¾ com as seguintes especificações: Sendo o Caminhão: novo, zero quilômetro, ano/modelo de fabricação correspondente ao exercício vigente ou superior (mínimo de 2025); rede de assistência técnica autorizada em raio máximo de 120 km da sede do Município, classificado pelo art.96 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997) e pela Resolução CONTRAN- Conselho Nacional de Trânsito- n. 882, de 13 de dezembro de 2021 e alterações, como caminhão (veículo automotor de transporte de carga); com modelo que seja versão mais atualizada, sendo vedado o fornecimento de modelo anterior ao comercializado pela montadora, cabinemetálica na cor branca, para 01 motorista + 02 passageiros, vidros e travas elétricas, motor a óleo diesel, turbo e intercooler de no mínimo 160cv, 4 cilindros no mínimo, injeção eletrônica, caixa de câmbio no mínimo 05 marchas à frente e 01 a ré, embreagem de acionamento hidráulico diâmetro 362mm, tração 4x2, com rodas de aço, pneus radiais sem câmara 215/75 R17,5, com estepe compatível, direção hidráulica, elétrica ou eletroassistida, ar-condicionado original de fábrica, freio de serviço a ar a tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com ABS + EBD, suspensão dianteira com molas parabólicas, amortecedores hidráulicos, e suspensão traseira molas semielíticas, amortecedores hidráulicos, rodado duplo na traseira, PBT mínimo homologado de 9 toneladas, carga útil mais carroceria não inferior a 4.800kg, distância mínima entre eixos de 4,40m, tacógrafo digital de bobina, tanque de combustível de plástico, capacidade mínima de 150 litros, com macaco hidráulico para troca de pneus, chave de rodas, pino reboque, triângulo; extintor de incêndio; alarme de ré; tapetes para cabine.</p> <p><u>Garantia mínima de 5 (cinco) anos para o veículo, sem limite de quilometragem, e garantia mínima de 12 (doze) meses para a bateria. Garantia mínima de 12 meses em todo o conjunto de implementos, conforme legislação em vigor.</u></p>	R\$	R\$
TOTAL: R\$					



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O presente contrato está vinculado:

- 1.1.1- Ao Termo de Referência
- 1.1.2- Ao Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- 1.1.3- A Proposta do Contratado

1.2- OBSERVAÇÕES DO OBJETO

1.2.1- Os veículos deverão ser zero quilômetro, de primeiro uso, não sendo aceito veículo usado, remanufaturado, adaptado de forma artesanal ou fora dos padrões do fabricante.

1.2.2- Os modelos ofertados deverão estar em linha de produção, comercializado regularmente no território nacional, com rede de assistência técnica autorizada.

1.2.3- Os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados e licenciados.

1.2.4- O Sistema de admissão elevada de ar (snorkel), da caminhonete, deverá ser instalado de fábrica ou por empresa especializada, devidamente certificado, sem comprometer a garantia original do veículo.

1.2.5- Todos os equipamentos e acessórios exigidos neste Termo de Referência, de ambos os veículos, deverão estar instalados no ato da entrega, não sendo admitida entrega posterior ou parcial.

1.2.6- A(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer garantia mínima de 5 (cinco) anos para o veículo, sem limite de quilometragem, e garantia mínima de 12 (doze) meses para a bateria, abrangendo veículo e acessórios instalados.

1.2.7- Os veículos deverão ser entregues acompanhados de:

- a. Manual do proprietário em português;
- b. Certificado de garantia;
- c. Nota fiscal;
- d. Chave reserva;
- e. Comprovantes de instalação dos acessórios.

1.2.8- Os veículos deverão atender integralmente às normas do CONTRAN, INMETRO, PROCONVE e demais legislações brasileiras aplicáveis.

1.2.9- A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelo órgão contratante, com todos os itens testados e em perfeito funcionamento.

1.2.10- A contratada para fornecimento da caminhonete deverá realizar apresentação técnica e orientação básica aos servidores designados quanto ao uso correto da tração 4x4, reduzida e utilização do snorkel.

1.2.11- A contratada deverá realizar, por ocasião do fornecimento do caminhão equipado com cesto aéreo, a entrega técnica assistida do equipamento, contemplando a apresentação completa de suas funcionalidades, instruções de operação, manutenção básica e procedimentos de segurança. Deverá ser ministrado treinamento operacional presencial aos servidores indicados pela contratante, com carga horária suficiente para assegurar a adequada operação do equipamento, abrangendo, no mínimo, os procedimentos de segurança, operação e manutenção básica, os procedimentos de elevação e posicionamento, a utilização dos dispositivos de segurança, a realização de inspeções pré-operacionais, noções básicas de manutenção preventiva, bem como orientações quanto à atuação em situações de emergência. Ao final do treinamento, a contratada deverá fornecer comprovação da capacitação, por meio de certificado ou documento equivalente, contendo a identificação dos participantes e o conteúdo ministrado. O equipamento deverá ser acompanhado de manual de operação e manutenção em língua portuguesa, devendo ainda atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis. O veículo deverá possuir cor branca sólida, padrão frota oficial.

1.2.12- A(s) contratada(s) será(ão) responsáveis por quaisquer danos ocorridos durante o transporte até o local da entrega.

1.2.13- Os veículos deverão ser entregues abastecidos com no mínimo ¼ do tanque, aptos para uso imediato em serviço.

1.2.14- A CONTRATADA deverá fornecer garantia total para os veículos, objeto do contrato, por, no mínimo, 05 (cinco) anos, considerando peças, mão de obra, ar-condicionado central, defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data de recebimento definitivo do veículo no local de entrega. Além disso, deverá ser fornecida garantia mínima de 12 (doze) meses para o cesto aéreo, abrangendo também peças, mão de obra e eventuais defeitos de fabricação e montagem, nos mesmos termos.

1.2.15- A contratada deverá realizar, durante o período de garantia, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, as revisões periódicas dos veículos conforme o manual do fabricante, respeitando os intervalos de quilometragem e/ou tempo estipulados, que incluem, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não se limitam a: troca de óleo e filtros, verificação de componentes principais do veículo e outros serviços necessários para manter o bom funcionamento do mesmo.

1.2.16- A contratada deverá disponibilizar rede de assistência técnica autorizada localizada em raio máximo de 120 km da sede do Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, apta à realização das revisões periódicas obrigatórias e serviços necessários à manutenção da garantia do veículo.

1.3- PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.3.1-Prazo de entrega: A entrega da caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, enquanto que a entrega do caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros, deverá ser efetuada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos. Ambos deverão ser entregues de acordo com as informações contidas no subitem **1.3.2** deste instrumento.

1.3.2- Local: Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, 867 - Lot. Solar, Santo Antônio da Patrulha - RS, no prazo máximo de cada item, a contar da solicitação formal, por meio do envio da Nota de Empenho, ou em local previamente indicado por esta Secretaria ou pelo fiscal do contrato, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h30min e 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. Este horário poderá ser alterado a critério da Administração Municipal.

1.3.3- Os veículos deverão ser entregue com o emplaceamento completo, expedido pelo órgão competente - DETRAN, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

1.3.4- Os veículos deverão ser transportados até o local da entrega por outro veículo, de modo que não venham rodando. Serão considerados como zero quilometro (0 km), veículos que não tenham sido utilizados pelo proprietário anterior e possuam quilometragem que caracterize essa situação, limitados até 50 km rodados.

1.4- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

1.4.1- Caso os itens entregues não atendam às especificações estabelecidas no edital, estarão sujeitos à devolução, hipótese em que o licitante vencedor deverá providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

1.4.2- Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Administração não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

1.4.3- Na hipótese da não aceitação de qualquer dos veículos, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 03 (três) dias, podendo esse prazo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

1.4.4- O fiscal do contrato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final dos materiais. Cabe ressaltar que, na maioria das vezes, as empresas, no momento da entrega, não esperam pela conferência do produto (pelo fato de terem horários a cumprir), o que acaba dificultando o trabalho de fiscalização. Considerando isso, comunicamos que o recebimento do bem será provisório pelo período de 48 (quarenta e oito) horas, tempo hábil para devida conferência e devolução, se for o caso.

1.4.5- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA

A aquisição da caminhonete justifica-se pela necessidade de proporcionar à equipe da Secretaria melhores condições de trabalho, maior segurança, agilidade no deslocamento e capacidade de atendimento em áreas de difícil acesso, especialmente em ocorrências envolvendo enchentes, alagamentos, deslizamentos, atendimento em áreas rurais, estradas não pavimentadas e locais atingidos por eventos climáticos adversos.

Por sua vez, o caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 (quatorze) metros, destina-se à execução dos serviços de manutenção, expansão e modernização do sistema de iluminação pública do Município.

Atualmente, os serviços são executados diretamente pela Administração, que dispõe de frota limitada e com elevado tempo de uso, composta por veículos com mais de 12 (doze) anos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

utilização. Em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo e da impossibilidade de paralisações prolongadas para manutenção ao longo de sua vida útil, tais veículos passaram a apresentar recorrentes falhas mecânicas, resultando em indisponibilidade operacional e atrasos na execução dos serviços.

Destaca-se que o Município conta, na prática, com apenas um veículo com características adequadas à execução dos serviços em altura, o que gera elevada dependência operacional e risco de paralisação das atividades em casos de manutenção preventiva ou corretiva. Tal cenário compromete a continuidade dos serviços essenciais e impacta diretamente o atendimento à população.

Adicionalmente, verifica-se a existência de demanda reprimida no Município, bem como a implementação de projetos de expansão da rede de iluminação pública e de modernização tecnológica, com a substituição de luminárias convencionais por luminárias em tecnologia LED. Tais iniciativas ampliam significativamente a necessidade de utilização de equipamentos adequados para trabalho em altura, com segurança e eficiência.

Nesse contexto, a aquisição de novo caminhão equipado com cesto aéreo mostra-se imprescindível para garantir a continuidade, a ampliação e a melhoria da prestação dos serviços públicos de iluminação, assegurando maior disponibilidade operacional, redução de interrupções, ganho de produtividade e atendimento mais célere às demandas da coletividade.

Dessa forma, a contratação pretendida visa não apenas suprir deficiências operacionais atualmente existentes, mas também estruturar adequadamente o Município para atender às demandas futuras, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 - O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do mesmo, onde devem ser considerados todos os requisitos constantes no Edital, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos termos da Lei.

3.1.1- A vigência do contrato surtirá efeitos a contar da última assinatura entre as partes.

3.2 - Na hipótese das assinaturas eletrônicas se darem em datas diferentes da data do documento, prevalecerá a data da última assinatura.

3.3 - É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação.

3.4 - A fiscalização do respectivo contrato será realizada por servidores designados pela, Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança, por Portaria específica, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

3.5 - A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O valor contratual é de **R\$ _____** (_____).

4.1- O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A contratada deverá apresentar os documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual deve estar discriminado o bem, e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio e o número do Pregão Eletrônico.

4.2- O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal do contrato, designado em Portaria;

4.3- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal;

4.5- A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal, destacados os valores relativos ao IRRF e demais encargos legais;

4.6- A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.7- A contratada deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA- As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 2026/1726 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha
Programa de Trabalho: 06.02.04.122.0016.2081- Manutenção Depart. de Iluminação Pública
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 2751 - Rec da Contribuição Custeio Serv Iluminação Pública-COSIP
Rubrica Item: 4.4.90.52.52.00.00.00 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1- O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

6.2- A fiscalização do contrato, no momento da entrega, será realizada por servidor designado em portaria específica.

6.3- Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1- Entregar os objetos e prestar a assistência técnica, conforme especificações deste contrato e em consonância com a proposta de preço apresentada;

7.2- Obedecer à cronologia da entrega dos objetos, atendendo as solicitações da CONTRATANTE;

7.3- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4- Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

7.5- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias.

7.6- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, durante a realização desta aquisição;

7.7- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

7.8- Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.

7.9- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

7.10- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

7.11- Efetuar troca do bem, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido;

7.12- Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

7.13- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

7.14- Prestar assistência técnica pelo período da garantia, bem como assistência através de equipe especializada, compreendendo a distância máxima de 120 km de Santo Antônio da Patrulha.

7.15- Fornecer, obrigatoriamente, o emplacamento do veículo, expedido pelo órgão competente – DETRAN, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

7.16- Efetuar a troca do veículo, objeto do contrato, caso não esteja em acordo com as características exigidas.

7.17- Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.18- Manter em estoque o objeto licitado.



CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

d) Multa:

d.1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “d”

d.2) moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3) O atraso superior a 02 meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art 137 da Lei n.º 14.133/2021.

d.4) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, previstas nas alíneas “c”, “e”, “f”, “g” e “h”.

d.5) As penalidades de multa serão atualizadas pelo índice do IPCA-IBGE.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021);

8.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021);

8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021);

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021);

8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA NONA- DA EXTINÇÃO

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 057/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Aplica-se ao presente contrato o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Em razão da inexistência de exigência legal, fica dispensada a assinatura das testemunhas e do fiscal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Patrulha, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA